

DOIS CASOS DE CERCEAMENTO À CIRCULAÇÃO DE LIVROS NO BRASIL NO ANO DE 2021: O EXPURGO DA FUNDAÇÃO PALMARES E A FALSIFICAÇÃO DE POSTAGENS DO PADRE LANCELOTTI

TWO CASES OF HINDERING THE CIRCULATION OF BOOKS IN BRAZIL IN 2021: THE PURGE OF THE PALMARES FOUNDATION AND THE FABRICATION OF FALSE MEDIA POSTS ALLEGEDLY BY FR LANCELOTTI

POR SANDRA REIMÃO,¹
JOÃO ELIAS NERY,²
FLAMARION MAUÉS³

Resumo

Este estudo discute a questão da censura a livros, enfocando especificamente dois casos de tentativa de cerceamento à circulação de livros ocorridos no Brasil no ano de 2021, terceiro ano do governo federal de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Estes casos utilizaram diferentes estratégias: no primeiro deles, o da Fundação Palmares, houve a censura a livros pelo impedimento de circulação dos mesmos através da realização do expurgo dos exemplares de uma biblioteca pública; e, no segundo, o caso da postagem do Padre Júlio Lancellotti, houve manipulação eletrônica de uma informação, em que a indicação de um livro foi eliminada e substituída por outra indicação, portadora de um sentido antagônico à proposição inicial.

Palavras-chave: censura, livros, Brasil.

Abstract

This study discusses the issue of book censorship, focusing specifically on two cases of hindering the circulation of books that occurred in Brazil in 2021, the third year of Jair Bolsonaro's far-right federal government. These cases used different strategies: in the first one, of Palmares Foundation, there was censorship of books for preventing their circulation by pusing copies of a public library; and in the second, the case of the posting of Father Júlio Lancellotti, there was electronic manipulation of information, in which the indication of a book was eliminated and replaced by another indication, with an antagonistic sense to the initial proposition.

Keywords: censorship, books, Brazil.

¹ Professora Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. E-mail: sandrareimao@usp.br

² Professor pós-doutorado, Universidade Anhembi-Morumbi, UAM, Brasil. E-mail: jenery@gmail.com

³ Flamarion Maués, professor pós-doutorado, Instituto Federal de São Paulo, Campus Registro, IFSP, Brasil. E-mail: flamaues@gmail.com

Introdução

Ao longo da história, os exemplos de cerceamento à impressão e circulação de livros são incontáveis. Nas palavras de Roger Chartier, “A cultura escrita é inseparável dos atos violentos que a reprimem”, e explicita: “dos autos-de-fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis[tas], a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias” (CHARTIER, 1998, p. 23).

No livro *História Universal da Destruição dos Livros – das tábuas sumérias à guerra do Iraque*, Fernando Baéz levanta a hipótese de ter havido queima intencional de tabletas de argila – os primeiros livros na história da humanidade – entre os anos de 4000 e 3300 a.C., na Suméria. O que indicaria, pois, que o início da existência dos livros seria também o momento de suas primeiras destruições.

Abordando, a seguir, a civilização grega clássica, no mesmo livro, após indicar que, a partir do século V a.C., na Grécia, a cultura escrita se impôs sobre a cultura oral, destaca um episódio de censura e queima de livro: o filósofo sofista Protágoras de Abdera (490 a.C.-420 a.C.), após a leitura pública de sua obra *Sobre os Deuses*, teve exemplares – folhas de papiro em rolo – confiscados e queimados em praça pública, por exprimirem dúvidas a respeito da existência dos deuses, relata-nos Baéz (2006, p. 54).

No ano de 1275, ou seja, séculos antes da invenção da imprensa por tipo móvel em 1450-1455, a França colocou os livreiros sob supervisão da Universidade de Paris, a fim de impedir a propagação de maus livros e a circulação de cópias falsas (BADINTER, 1987, p. 214).

No ano de 1544, um século após a invenção da imprensa por tipo móvel por Gutenberg e em plena expansão desta técnica de reprodução, a Faculdade de Teologia da Universidade de Paris publicou o primeiro índice de livros proibidos – entre 1544 e 1556 foram publicados seis índices, com cerca de 500 condenações (BADINTER, 1987, p. 214).

Roger Chartier salienta que a eficácia dos atos censórios contra livros é sempre, de alguma forma, limitada. Os opressores destroem livros buscando eliminar as ideias que eles carregam; os opressores enganam-se ao acreditar que prejudicar a materialidade física de um livro é prejudicar as ideias que aí são veiculadas. Engano simplório, pois a escrita e as ideias, ao longo da história, se sobrepõem e sobrevivem às tentativas de destruição dos livros e do pensamento pelos poderes opressores (CHARTIER, 1998, p. 23).

Em que pese a possibilidade de localizarmos tentativas de coerção censória a livros praticamente durante toda a história da cultura impressa, não podemos deixar de enfatizar que cada época, cada país e cada sistema político apresentam uma singularidade única, e é sob essa singularidade histórica, determinada e específica, que as experiências concretas de censura devem ser compreendidas e analisadas (DARNTON, 2016, p. 291-292).

Abordaremos neste estudo dois casos de tentativa de censura a livros ocorridos no Brasil no ano de 2021, terceiro ano do governo federal de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Estes casos utilizaram diferentes estratégias: no primeiro deles, o da Fundação Cultural Palmares, houve a censura a livros pelo impedimento de circulação dos mesmos através da realização do expurgo de uma biblioteca pública; e, no segundo, o caso de uma postagem do Padre Júlio Lancellotti, houve manipulação eletrônica de uma informação, em que a indicação de um livro foi eliminada e substituída por outra indicação, portadora de um sentido antagônico à proposição inicial.

Vejamos esses casos mais de perto.

1 O expurgo da biblioteca da Fundação Palmares

Com estardalhaço midiático, no dia 1º de junho de 2021, o diretor de uma instituição cultural pública, a Fundação Cultural Palmares, anunciou por meio de suas redes sociais que iria promover o expurgo da biblioteca desta instituição. O diretor afirmava que eliminaria do acervo da instituição livros vinculados ao guerrilheiro comunista Carlos Marighela e também “livros que promovem pedofilia, sexo grupal, pornografia juvenil, sodomia e necrofilia”.

No dia 11 de junho, o sítio eletrônico da Fundação Palmares publicou um relatório denominado *Retrato do Acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019* – é um livro de 74 páginas que, segundo os autores, denuncia que o acervo “abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual (...) e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha” (p. 5); e ao final apresenta uma lista de “300 títulos comprobatórios do desvio institucional da Fundação Palmares”.

É importante notar que esse expurgo da biblioteca foi feito com anúncio público prévio. Ademais, o livro *Retrato do Acervo...* tem por subtítulo “Relatório Público 01” e foi publicado, após anúncio, no sítio eletrônico da instituição. Ou seja, a instituição está se pondo como um modelo a ser seguido por outras instituições culturais: a proposta é ensinar a fazer expurgos e a “limpar” acervos de “doutrinação marxista” e de louvações das “revoluções sexuais”. A intenção de se colocar como uma instituição modelo para o expurgo da dominação marxista e da temática da liberdade sexual em bibliotecas públicas é explicitada no próprio volume, que afirma: “Que este relatório e (...) os próximos (...) sirvam de inspiração para que outras instituições se adequem às necessidades da nossa querida Pátria de nossos concidadãos, e não mais às necessidades de grupos militantes” (p. 6).



Imagem 1 – Recorte da capa da publicação *Retrato do Acervo*, 2021.

Vários pressupostos equivocados subsidiam essa ação de expurgo da biblioteca da Fundação Palmares, destacadamente, em primeiro lugar, uma visão mecanicista da influência da leitura no receptor, como se houvesse uma “transfusão automática” das ideias do autor para o leitor; em segundo lugar, uma visão edulcorada e apaziguadora dos conflitos na história do Brasil. Notemos que o apagamento dos conflitos e da luta do povo negro ao longo da história do Brasil entra em conflito com o próprio nome da fundação, pois o Quilombo dos Palmares foi um lugar de luta e resistência. Segundo S. Schwartz, “Localizado no interior das Alagoas, Palmares foi de longe a mais duradoura e a maior das comunidades de fugitivos. Persistiu por quase cem anos, entre cerca de 1605 e 1691, apesar das tentativas enérgicas de eliminá-la”; esses confrontos e lutas que buscavam destruir Palmares partiam dos “governos coloniais holandeses e portugueses e pelos residentes locais das capitâneas vizinhas” (p. 81).

Há ainda um terceiro ponto de partida equivocado nesta ação de expurgo de uma biblioteca pública – uma visão equivocada, simplista, direcionadora e limitadora do que é uma biblioteca ou um centro cultural público. Para a constituição de uma opinião pública esclarecida, é preciso haver cidadãos que sejam aptos a julgar autônoma e racionalmente os assuntos públicos. E só pode

haver cidadãos autodeterminados com a livre circulação de informação racional e subsidiada. Aos aparelhos culturais de uma sociedade cabe o papel de serem provedores da informação, e não, ao contrário, cerceadores da informação. Expurgar uma biblioteca é o exato contrário da ação administrativa, que poderia promover a existência de cidadãos esclarecidos e autodeterminados.

Observemos agora alguns dos títulos “expurgados” da biblioteca da Fundação Palmares: entre os autores estrangeiros, há 33 livros de Karl Marx e vários de Lenin; há também alguns destaques do pensamento contemporâneo, como *Sexo e repressão na sociedade selvagem*, de Bronislaw Malinowski, e *Bandidos*, de E. J. Hobsbawn. Entre os títulos de autores brasileiros, cerca de 90, encontramos, entre outros, *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*, de Caio Prado Júnior, e *Quem é o povo brasileiro?*, de Nelson Werneck Sodré. Pelos exemplos listados acima, percebe-se que, além de uma visão de história que visa apagar conflitos e lutas, o expurgo da biblioteca também apresenta um viés atomizado e isolante dos fatos históricos: como se fosse possível pensar a construção do povo negro brasileiro sem inserir e vincular essa história com outros fatos antecedentes e contemporâneos.

Em uma nota pública, datada de 18 de junho, a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros se manifestou em defesa do legado do negro e da manutenção da biblioteca da Fundação Cultural Palmares.

No dia 23 de junho de 2021, em resposta à ação popular movida por Paulo Henrique Lima, militante do movimento negro, o juiz federal Erik Navarro Wolkart, da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, proibiu a exclusão de livros da biblioteca da Fundação Palmares e estabeleceu uma multa caso isso ocorresse. Em demonstração clara da finalidade de uma biblioteca pública, o juiz afirma que o expurgo dos livros, “de maneira açodada, sem um amplo diálogo com a sociedade, que, ao fim e ao cabo, é a destinatária do material, pode representar prejuízo irreparável”.

No dia 24 de junho, várias outras entidades ligadas ao movimento negro promoveram um ato de repúdio à censura na Fundação Palmares. O ato, ocorrido em transmissão remota, contou com a participação de dois ex-ministros da Cultura: Gilberto Gil e Juca Ferreira; e com dois ex-presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da Fundação Palmares, Sergio Camargo, “negro conservador de direita e que faz questão de sustentar as três adjetivações” (GOMES, 2021), afirmou que iria recorrer da decisão judicial. Finalmente, em agosto de 2021, após ter sido judicialmente impedido de se desfazer ou retirar de circulação os livros da biblioteca da Fundação Palmares, no dia 6, Sérgio Camargo anunciou em sua conta no Twitter que desistiu do expurgo e fará uma sala separada com um “acervo da vergonha”, que reúna livros “vergonhosos e desviantes”.

É fácil associar a ideia de “acervo da vergonha” à exposição da “arte degenerada”, realizada pelo regime nazista em 1937, em Munique, na Alemanha, em sua campanha de difamação e perseguição à arte moderna.

No final de agosto de 2020, o Ministério Público do Trabalho, depois de uma série de investigações e de recolhimento de denúncias, solicitou o afastamento de Sérgio Camargo da presidência da Fundação Cultural Palmares, por reiteradas denúncias de assédio moral a funcionários, devido às suas posturas ideológicas. O MPT solicitou também uma indenização financeira por dano moral coletivo.

2 Falsificações em torno de uma publicação do Padre Lancellotti

Harold Lasswell, no texto clássico “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”, publicado em 1948, considerado o texto fundador dos estudos da comunicação, indica que, no âmbito da transmissão da comunicação, há uma diferença entre centros manejadores, onde ocorrem passagens técnicas de mensagens sem adulteração significativa, e centros controladores ou manipuladores de mensagens, que modificam propositadamente o conteúdo das

mensagens. Neste último item, Lasswell cita como exemplos editores de jornais, censores e propagandistas.

No século XXI, no universo das comunicações digitais em rede, em que há muita circulação de falsas informações, há, entre elas, as falsas informações por manipulação – ou seja, a veiculação de uma informação falsa que foi construída por adulteração intencional de uma informação originalmente verdadeira. Essa manipulação intencional para deturpação do sentido de uma informação é um dos tipos das chamadas *fake news* (WARDLE, 2017). Foi esse o caso que ocorreu em relação a uma postagem do Padre Lancellotti em junho de 2021.

Entendendo por *fake news* “toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé” (FRIAS FILHO, 2018, p. 42), podemos afirmar que a postagem do Padre Lancellotti foi criminosamente manipulada e transformada em uma *fake news* por adulteração.

O Padre Júlio Lancellotti, nascido em 1948 na cidade de São Paulo, é uma referência no apoio e assistência a cidadãos em situação de rua na cidade. Sacerdote desde 1985, o Padre Lancellotti já participou de vários movimentos e atuações, buscando atender crianças e adultos carentes. Entre os vários prêmios nacionais e estrangeiros, destaca-se sua premiação pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela atuação contra as violações dos direitos humanos das crianças e adolescentes do país.

No final do mês de maio de 2021, o Padre Lancellotti indicou em suas redes sociais dois livros de entrevistas com o Papa Francisco e também o livro *Teologia e os LGBT+*, de autoria do Padre Luís Corrêa Lima e publicado pela editora Vozes. Como afirma o Padre Lancellotti, “Não é um livro panfletário, nem leviano e foi editado pela editora Vozes, que é uma editora católica” (TOMAZELA, 2021).

A partir daí houve uma enxurrada de mensagens criticando a indicação de leitura e acusando de diversas formas as ações do Padre Lancellotti. Em uma destas mensagens, a imagem do padre segurando o livro *Teologia e os LGBT+*, de

Lúis Correa Lima, foi adulterada e a capa foi substituída pelo livro *Catecismo Anticomunista*, de Geraldo de Proença Sigaud, adepto do pensamento conservador cristão.



Imagem 2 – Instagram de Júlio Renato Lancellotti, 01/06/2021.

No caso da postagem da imagem adulterada do Padre Lancelotti, o que esses militantes realizaram foi uma adulteração criminosa, que se compõe de duas atuações: o bloqueio da informação sobre a indicação do Padre Lancelotti em relação ao livro *Teologia e os LGBT+* e a divulgação falsa do apoio e indicação do Padre Lancellotti ao livro *Catecismo Anticomunista*.

A difusão de imagens ou informações forjadas por má-fé é crime e pode ser punida.

Breves Observações Finais

Nos dois casos acima relatados, temos uma clara atuação censória no sentido de dificultar ou impedir a circulação de livros e, portanto, de cercear, de

retirar do espaço público as ideias aí representadas. Nos dois casos, a retirada de trezentos títulos do acervo bibliográfico da Fundação Palmares, assim como o caso da adulteração da indicação de temática da diversidade sexual feita por Júlio Lancellotti, o que se vê é uma atitude autoritária de tentativa de cercear temáticas, opiniões e ideias, pela tática fascista de eliminação direta, e assim impedir sua circulação. Não se vê aí nenhuma abertura para o diálogo, para a construção de um debate fundamentado, e muito menos de um consenso.

Observemos ainda que essas atitudes autoritárias aqui examinadas se dirigem contra uma organização e uma pessoa que representam temáticas relevantes e inescapáveis na atual ordem social brasileira: as temáticas da desigualdade social e da luta por direitos e conquistas reparatórias, e as temáticas da diversidade sexual e da luta por respeito e direitos. Ao tentar colocar em descrédito as lutas por direitos básicos e pelo respeito legal à diversidade sexual, bem como as instituições e órgãos que se dedicam a essas temáticas, os autoritários antidemocráticos estão executando táticas e estratégias fascistas.

Como explica Jason Stanley, os políticos fascistas “reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade (...) promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias”; e, então, “depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado” (STANLEY, 2019, p. 16).

Em ambos os casos acima enfocados – um de cerceamento físico e outro de adulteração digital –, a intenção autoritária é explícita: o objetivo das ações é eliminar os livros e as ideias neles defendidas do espaço público, para que as ideias que os autoritários antidemocráticos propagam sejam as únicas difundidas.

Referências

BADINTER, Robert. Sur la censure. Avant-propos a *Censures de la Bible aux larmes d'Eros*. Paris: Editions du Centre Pompidou/BPI, 1987.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

DARNTON, Robert. *Censores em ação – como os estados influenciam a literatura*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FRIAS FILHO, Otavio. O que é falso sobre as *fake news*. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 39-44, jan./fev./mar. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Retrato do Acervo – a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2021.

GOMES, Wilson. Censura na Palmares mostra o que ocorre ao se dar poder aos burros. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/censura-na-palmares-mostra-o-que-ocorre-ao-se-dar-poder-aos-burros.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. Tradução: G. Cohn. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Edusp, 1971. p. 105-117.

SCHWARTZ, Stuart. Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. Tradução: Laura Teixeira Motta. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. Especial, p. 61-88, 1987.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TOMAZELA, José Maria. Padre Júlio Lancellotti resiste a milícias digitais e mantém ajuda aos mais pobres. *O Estado de S. Paulo*, 04 jun. 2021. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ataques-nao-mudam-rotina-do-padre-julio-em-defesa-de-moradores-de-rua-ex-detentos-e-travestis,70003736523>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

WARDLE, Claire. Fake News. It's complicated. *First Draft*, v. 16, p. 1-11, 2017